

CATÁLOGO

PRIMEIRAS  
ELEIÇÕES PARLAMENTARES

1822

Círculo eleitoral de Arcos de Valdevez





CATÁLOGO  
PRIMEIRAS  
ELEIÇÕES PARLAMENTARES

1822

Círculo eleitoral de Arcos de Valdevez



*Preâmbulo* ❧

1. Esta exposição insere-se no programa das comemorações do *Bicentenário do Constitucionalismo Português*, com referência à Constituição de 1822, promovidas pela Assembleia da República. O intuito primordial desta iniciativa é evocar as primeiras eleições parlamentares realizadas em Portugal há dois séculos, adotando como base de estudo o círculo eleitoral de Arcos de Valdevez.

2. Com certeza, a mais preeminente das inovações da Revolução constitucional de 1820-1822 foi o *sistema político representativo*, contra o princípio basilar do absolutismo, segundo o qual o poder do rei se autolegitimava pela sua origem divina, passando a fundamentar a legitimidade do novo poder político no consentimento dos próprios governados, que era manifestado por via das eleições para a assembleia representativa.

No início da Revolução, conforme se depreende das primeiras proclamações revolucionárias, a primeira ideia terá sido a de recuperar as antigas Cortes (que tinham reunido desde o século XIII até ao século XVII), que congregavam separadamente os representantes do clero, da nobreza e do povo e tinham poderes limitados. Porém, a evolução dos acontecimentos, sobretudo após a consulta pública de outubro de 1820, sobre a convocação das Cortes, levou a optar por um parlamento moderno, seguindo o exemplo de outras revoluções constitucionais

precedentes (Estados Unidos da América, França e Espanha), ou seja, uma assembleia de representação unitária da nação, eleita pelo voto individual dos cidadãos, totalmente diferente das antigas Cortes portuguesas.

Assim, a instituição de um parlamento periodicamente eleito, dotado de poder legislativo e de poder orçamental, passou a ser o elemento essencial do novo sistema político-constitucional.

3. Para as eleições constituintes de 1820, tinha-se adaptado ao país o capítulo eleitoral da Constituição espanhola de Cádiz (1812), em que a eleição dos deputados era indireta, em quatro fases de votação. Porém, quanto à eleição dos deputados para as posteriores legislaturas ordinárias, as Cortes Constituintes (1821-1822) adotaram um sistema eleitoral totalmente distinto e bastante avançado para aquela época – um sistema de *eleições diretas sem sufrágio censitário* –, que ficou consignado na Lei eleitoral de 11 de julho de 1822 e que, dois meses depois, foi inserido no próprio texto da Lei Fundamental de 1822.

Foi com base nessa Lei eleitoral que se realizaram as primeiras eleições parlamentares em Portugal, com uma primeira votação no dia 18 de agosto de 1822, em que, segundo a lei, só foram eleitos deputados os cidadãos que obtiveram a maioria absoluta (ou seja, mais de metade dos votos), e uma segunda votação no

dia 22 de setembro de 1822, entre os cidadãos mais votados não eleitos na 1.<sup>a</sup> volta, para completar a representação política da nação em Cortes. Todavia, na sequência de suspeitas de ilegalidades, as eleições realizadas no círculo eleitoral de Arcos de Valdevez foram levadas às Cortes, que decidiram anulá-las, mandando repetir todo o processo eleitoral. Para aferirem as ilegalidades cometidas e tomarem uma decisão devidamente fundamentada, as Cortes tinham determinado que lhes fossem enviadas cópias das atas eleitorais do referido círculo eleitoral.

Foi por terem sido enviadas às Cortes, em Lisboa, ainda no ano de 1822, que essas atas eleitorais escaparam à ordem subsequente do rei D. João VI (datada de 29 de agosto de 1823), após a contrarrevolução da *Vilafrancada* (27 de maio de 1823), que ordenou a todas as câmaras municipais do país que *reduzissem a cinzas* os documentos respeitantes às eleições vintistas (não só das parlamentares de 1822, mas também das constituintes de 1820), apagando para sempre duas das páginas mais importantes da história da representação política e do Parlamento português. Foi esse acaso que fez com que, no arquivo das Cortes (atualmente custodiado no Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República), se preservasse grande parte da documentação deste círculo eleitoral, que abrangia praticamente todo o território do Alto Minho.

4. Foi esse espólio documental do círculo eleitoral de Arcos de Valdevez, assim poupado à sanha destruidora da contrarrevolução antivintista, que serviu de alavanca para a obra que esteve na origem desta exposição e lhe serve de suporte científico: Vital MOREIRA e José DOMINGUES – *Para a história da representação política em Portugal. As primeiras eleições parlamentares | 1822 (Círculo eleitoral de Arcos de Valdevez)*, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2022.

5. A presente exposição inicia-se com um painel geral sobre as eleições parlamentares de 1822 no país (sistema eleitoral e calendário eleitoral). Segue-se um painel sobre a caracterização do círculo eleitoral de Arcos de Valdevez (número de deputados a eleger e divisão territorial) e os painéis sobre o ato eleitoral em cada um dos seus concelhos (e no couto de Sanfins), por ordem alfabética. A exposição encerra com os resultados eleitorais no círculo eleitoral.

O presente catálogo reproduz todos os referidos painéis da exposição, com os seguintes aditamentos: (i) os painéis individuais dos concelhos e couto do círculo eleitoral de Arcos de Valdevez são acompanhados de notas históricas sobre cada um deles, extratadas do referido livro; (ii) no final acrescenta-se uma breve nota sobre as Cortes ordinárias de 1822-1823 (composição e sessões legislativas).

6. Nem o livro nem esta exposição teriam existido sem o empenho e o apoio da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e da Divisão de Edições da Assembleia da República.

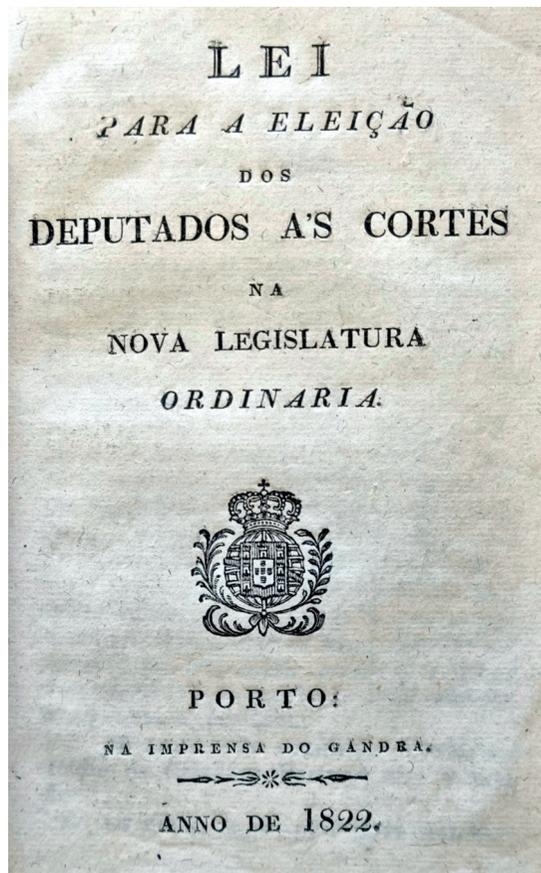
Aqui fica devidamente registado o nosso agradecimento.  
Bem-hajam!

Arcos de Valdevez, 21 de abril de 2023.

José Domingues  
[Universidade Lusíada (Porto) / CEJEA]

Vital Moreira  
[Universidade de Coimbra / Universidade Lusíada (Porto) / CEJEA]

Capa da lei para a eleição dos deputados às Cortes ordinárias,  
1.ª edição da Imprensa do Gandra, Porto, 1822.  
Imagem cedida pelo autor José Domingues.



# AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES PORTUGUESAS



## Lei eleitoral de 11 de julho de 1822:

- Eleições diretas;
- Primeiro recenseamento eleitoral;
- Eleição dos deputados em círculos eleitorais plurinominais;
- Direito de voto: homens maiores de 25 anos, com várias exclusões;
- Voto secreto: os eleitores levavam um boletim pré-preenchido com os nomes por si escolhidos, que entregavam dobrado à mesa de voto;
- Assembleias de voto: freguesia ou agregações de freguesias;
- Apuramento eleitoral em 3 graus: assembleias primárias, concelhos e círculo eleitoral;
- Eleição dos deputados por maioria absoluta, o que implicou, em geral, uma segunda votação.



## PRIMEIRA VOTAÇÃO

18 de agosto (domingo)	Votação e apuramento nas assembleias primárias de cada concelho, definidas pelas câmaras municipais
25 de agosto (domingo)	2.º apuramento nas câmaras municipais
1 de setembro (domingo)	3.º apuramento na câmara de cabeça de círculo eleitoral



## SEGUNDA VOTAÇÃO

22 de setembro (domingo)	Votação e apuramento nas assembleias primárias de cada concelho, definidas pelas câmaras municipais
29 de setembro (domingo)	2.º apuramento nas câmaras municipais
6 de outubro (domingo)	3.º apuramento na câmara de cabeça de círculo eleitoral

## CÍRCULO ELEITORAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Número de deputados a eleger – 4 efetivos e 4 substitutos.

COMARCA	CONCELHO	FREGUESIAS	FOGOS	POPULAÇÃO
Barcelos	Castro Laboreiro	1	346	1495
	Melgaço	8	1363	5438
Valença	Caminha	20	2632	11 940
	Fiães <sup>1</sup>	-----	-----	-----
	Valadares	18	3236	11 928
	Valença	12	2656	11 934
Viana	Arcos de Valdevez	49	5859	21 206
	Bertiandos	3	237	995
	Paredes de Coura	21	2485	10 170
	Sanfins	5	498	2069
	Lanheses	4	468	1720
	Monção	23	3497	13 017
	Soajo	3	600	1668
	Viana	21	3688	20 638
Vila Nova de Cerveira	12	1307	5215	
<b>Soma</b>		<b>200</b>	<b>28 872</b>	<b>119 439</b>

Fonte – *Diário das Cortes Constituintes*, n.º 53 (sessão de 11 de julho de 1822), p. 783.

<sup>1</sup>Incluído no concelho de Valadares.



 Território do círculo eleitoral de Ponte de Lima

Mapa do círculo eleitoral de Arcos de Valdevez (1822)

PRIMEIRAS  
ELEIÇÕES PARLAMENTARES

1822

Círculo eleitoral de Arcos de Valdevez





# CONCELHO DE ARCOS DE VALDEVEZ

## I – Cronologia histórico-institucional

**1515. 2 de maio (Lisboa)** – D. Manuel I outorga foral novo ao concelho de Arcos de Valdevez.

**1517. 4 de julho (Lisboa)** – D. Manuel I promove o lugar de Arcos de Valdevez a vila e a sede do concelho, com um alfoz de freguesias próximo ao da primeira metade do século XIX.

**1527 (Valdevez)** – De acordo com o numeramento mandado fazer por D. João III, Arcos de Valdevez era constituído pelas freguesias de Nogueira, Vilar do Monte<sup>2</sup>, São Lourenço de Cabrão, Ázere, Jolda, Cendufe, Padreiro, Gândara, São Paio de Arcos, São Paio de Jolda, Távora, Santa Cristina, Giela, Paçô, Tabaçô, São Pedro de Arcos, Souto, Monte Redondo, Guilhadeses, Prozelo, Santar, Gondoriz, Oliveira, São Jorge, São Tomé de Guei, São Vicente [de Távora], Grade, São Cosme, Vilela, Senharei, Aboim, Sabadim, Loureda, Portela, Miranda, Cabana Maior, Rio de Moinhos, Cabreiro, Mei, Álvora, Sá, Parada, Eiras, Padroso, comenda e couto de Rio Frio e Rio Frio.



<sup>2</sup>Atualmente freguesia do concelho de Ponte de Lima.

**1610 (Lisboa)** – O concelho de Arcos de Valdevez fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

**1701** – Comarca de Viana. O concelho de Arcos de Valdevez tem juiz ordinário de vara branca, três vereadores e procurador do concelho, «justiça que se faz por pelouro e eleição dos nobres, a que assiste o corregedor de Viana».

**1758. 20 de abril (Arcos, o Salvador)** – O concelho tem juiz ordinário e câmara.

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Aboim (H. 120), Aguiã (H. 158), Álvora (H. 215), Arcos – Salvador (H. 213), Arcos – São Paio (H. 310), Ázere (H. 153), Cabana Maior (H. 223), Cabreiro (H. 417), Carralcova (H. 160), Cendufe (H. 139), Couto (H. 256), Eiras (H. 131), Giela (H. 123), Gondoriz (H. 525), Grade (H. 217), Guilhadeses (H. 150), Jolda – Madalena (H. 150), Jolda – São Paio (H. 102), Loureda (H. 100), Mei (H. 89), Miranda (H. 374), Monte Redondo (H. 141), Oliveira (H. 185), Paçô (H. 142), Padreiro – São Salvador (H. 134), Padreiro – Santa Cristina (H. 84), Padroso (H. 184), Parada (H. 61), Portela (H. 189), Portela do Extremo (H. 62), Prozelo (H. 251), Rio Cabrão (H. 67), Rio Frio (H. 512), Rio de Moinhos (H. 264), Sá (H. 104), Sabadim (H. 312), Santar (H. 61), São Cosme e Damião

(H. 115), São Jorge (H. 549), Senharei (H. 187), Sistelo (H. 358), Souto (H. 196), Tabaçô (H. 46), Távora – Santa Maria (H. 160), Távora – São Vicente (H. 100), Vale (H. 454), Vila Fonche (H. 115) e Vilela (H. 148) – Total (H. 9506).

*1836. 6 de novembro (Lisboa)* – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: extinguiu o concelho de Soajo e as freguesias de Ermelo, Gavieira e Soajo foram integradas no concelho de Arcos de Valdevez.

*1855. 24 de outubro* – Reforma da divisão territorial, por decreto do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: não teve repercussão no concelho de Arcos de Valdevez.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

48 freguesias; 5501 fogos; 9506 homens; 10649 mulheres.

### Assembleias primárias

Localizadas nas igrejas matrizes da vila dos Arcos, Gondoriz, Rio Frio, Sabadim e Távora.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto)

#### Apuramento concelhio (25 de agosto)

Total de 1004 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro)

#### Apuramento concelhio (29 de setembro)

Total de 1199 votos.

### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

1. *Tomás Xavier de Araújo Vieira Monteiro*, bacharel dos Arcos, com beca honorária – 631 votos
2. *José Joaquim Champalimaud*, marechal de campo – 504 votos
3. *António José da Silva Brandão*, bacharel de Valença – 483 votos
4. *Bento Pita de Castro e Menezes*, bacharel de Caminha – 437 votos

### Nomes mais votados na 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro):

1. *Tomás Xavier de Araújo Vieira Monteiro*, bacharel nos Arcos – 775 votos
2. *António Bento Pereira Dias*, bacharel habilitado para os lugares de letras e abade da vila dos Arcos – 736 votos
3. *António José Cerqueira da Silva Brandão*, bacharel em Valença – 663 votos
4. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 610 votos

# CONCELHO DE BERTIANDOS

## I – Cronologia histórico-institucional

**1795** – Foi criado o concelho de Bertandos, composto pelas freguesias de Santa Comba, Esturãos e Bertandos, que foram desanexadas do termo de Ponte de Lima.

**1800** – Na *descrição topográfica das comarcas fronteiras da província do Minho*, da autoria de Custódio José Gomes Vilas Boas: «o couto de Bertandos, contíguo ao de Lanheses pela parte do nascente, é também criação nova e prejudicial, como todas as desta natureza, ao Estado e aos povos, porque principiando por obrigar estas à construção de uma casa da câmara e cadeia, segue-se uma administração de justiça inerte e precária, que o mais forte corrompe sempre, sem os dispensar de recorrer ao corregedor da comarca; duplicam-se as despesas, perde-se tempo e aumenta-se o processo, que, à primeira instância, terminaria nas mãos do juiz de fora local, sempre mais hábil do que um pobre camponês que mal sabe escrever o seu nome, e que, além de ser um mau julgador, é também prejudicado, com os mais oficiais, nas despesas que fazem no ano em que servem, sem que resulte utilidade alguma ao público, em troca de tantos inconvenientes. (...) Compõe-se das freguesias de Santa Comba, Esturãos e Bertandos, que

foram desanexadas do termo de Ponte de Lima. (...) tem sua cadeia e Casa da Câmara.»

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Bertandos (H. 90), Esturãos (H. 229) e Santa Comba (H. 127) – Total (H. 446).

**1836. 6 de novembro (Lisboa)** – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: extinguiu o concelho de Bertandos, passando as freguesias de Bertandos, Santa Comba do Lima e Esturãos a integrar o concelho de Ponte de Lima.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

3 freguesias; 221 fogos; 446 homens; 476 mulheres.

### Assembleia primária única

Localizada na igreja matriz da vila de Bertandos.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto) [sem apuramento concelho]

Total de 106 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro) [sem apuramento concelho]

Total de 70 votos.

## Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

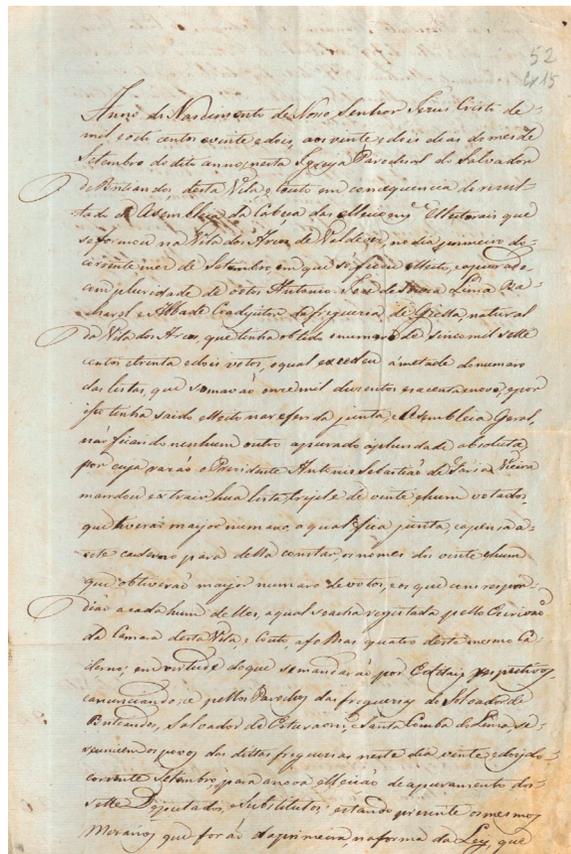
1. *Antônio José de Sousa Dias*, abade coadjutor de Giela – 77 votos
2. *Bento Pita de Castro e Meneses*, bacharel – 75 votos
3. *José Antônio de Faria Carvalho*, atual deputado – 75 votos
4. *José Pereira do Lago*, bacharel – 69 votos

## Nomes mais votados na 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro):

1. *Francisco Luís Alves da Rocha*, conselheiro da Fazenda – 64 votos
2. *João Manuel Guerreiro de Amorim Pereira*, desembargador da Mesa da Consciência e Ordens – 63 votos
3. *José Antônio de Faria Carvalho*, atual deputado – 61 votos
4. *José Antônio Guerreiro*, atual deputado – 46 votos

Eleições para as Cortes Ordinárias de 1822-1823 – Distrito Eleitoral de Arcos de Valdevez:  
ata da Assembleia Eleitoral da vila e couto de Bertianos.

Data: 18 de agosto de 1822 e 22 de setembro de 1822 | PT-AHP/CD/CVPoderes/S60/D126



## CONCELHO DE CAMINHA

### I – Cronologia histórico-institucional

*1284. 24 de julho (Lisboa)* – Foral velho da vila de Caminha, outorgado por D. Dinis e pela sua mulher, a rainha D. Isabel.

*1383. 17 de julho (Caminha)* – Para outorgar a procuração aos representantes do concelho de Caminha às Cortes de Santarém: alcaide da vila, João Vicente; Garcia Anes, Fernando Afonso e António Martins, vereadores; Gonçalo Eanes, procurador do concelho. Reuniram-se no Campo dos Ferreiros, a direito da porta da vila.

*1406. 30 de agosto (Santarém)* – Caminha é um dos coutos de homiziados regulados pela lei de D. João I.

*1512. 1 de junho (Lisboa)* – Foral novo da vila de Caminha, outorgado por D. Manuel I.

*1527 (Caminha)* – De acordo com o numeramento mandado fazer por D. João III, Caminha era constituído pelas freguesias de Santa Maria, Cristelo, Moledo, Venade e Marinhas, Dem, Gontinhães, Riba de Âncora, Gondar, Orbacém, Vilar de

Mouros, Vile, Pedrulhos, Tresancora, Argela, Sopos, Covas e Azevedo.

*1538. 31 de julho (Caminha)* – António Pires e Graça Gil de Pares, juízes ordinários; Pedro Afonso, Gregório Fernandes e Francisco Dias, vereadores. O concelho tinha edifício da Casa da Câmara.

*1610 (Lisboa)* – O concelho de Caminha fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

*1645. 16 de maio* – Documento em que se refere a comarca formada pelas vilas de Valença do Minho, Caminha e Valadares.

*1701* – Comarca de Valença. O concelho de Caminha tinha um juiz de fora, três vereadores e procurador do concelho; os vereadores e o procurador eram de eleição trienal do povo, indo as pautas de eleição ao rei (através do tribunal da Casa de Bragança), o qual escolhia de entre os nomeados os que serviam cada ano.

*1758. 25 de maio (Caminha)* – O concelho tem juiz de fora e Câmara, cujo provimento pertence à Casa do Infantado.

**1801** – Comarca de Valença. Censo populacional: Arga de Baixo (H. 94), Arga de Cima (H. 89), Arga de São João (H. 50), Argela (H. 121), Azevedo (H. 54), Caminha (H. 537), Cristelo (H. 69), Gondar (H. 170), Gontinhães (H. 369) [Vila Praia de Âncora], Lanhelas (H. 251), Moledo (H. 224), Orbacém (H. 228), Riba de Âncora (H. 243), Seixas (H. 483), Sopo (H. 297), Venade (H. 291), Vilar de Mouros (H. 324), Vilarelhos (H. 116) e Vile (H. 75) – Total (H. 4085).

**1836. 6 de novembro (Lisboa)** – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: a freguesia de Âncora passou do concelho de Viana para o concelho de Caminha; e as freguesias de Covas e Sopo transitaram do concelho de Caminha para o de Vila Nova de Cerveira.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

19 freguesias; 2130 fogos; 4085 homens; 5074 mulheres.

### Assembleias primárias

Localizadas nas igrejas matrizes da vila de Caminha e Vilar de Mouros.

### 1.ª votação (18 de agosto)

#### Apuramento concelhio (25 de agosto)

Total de 946 votos.

### 2.ª votação (22 de setembro)

#### Apuramento concelhio (29 de setembro)

Total de 536 votos.

### Nomes mais votados na 1.ª votação (18 de agosto):

1. *Gonçalo Xavier da Silva*, advogado em Caminha – 664 votos
2. *José António Guerreiro*, deputado em Cortes – 618 votos
3. *Bento Pita de Castro e Meneses*, bacharel de Caminha – 403 votos
4. *António de Azevedo Lopes Serra*, bacharel de Viana – 389 votos

### Nomes mais votados na 2.ª votação (22 de setembro):

1. O bacharel *Gonçalo Xavier da Silva*, advogado em Caminha – 501 votos
2. O bacharel *José António Guerreiro*, atual deputado – 468 votos
3. O bacharel *José António de Faria Carvalho*, atual deputado – 436 votos
4. O desembargador *Manuel Marinho Falcão de Castro*, intendente-geral da polícia – 432 votos

# CONCELHO DE CASTRO LABOREIRO

## I – Cronologia histórico-institucional

[*Séc. XIII*] – D. Afonso Henriques outorgou foral a Castro Laboreiro, do qual apenas se conhece um extrato feito por Gaspar Álvares Lousada.

*1241. 28 de fevereiro (Zamora)* – Acordo celebrado por D. Sancho II com o abade e Convento de Celanova (Galiza), pelo qual o rei cedeu a igreja de Monte Córdova (c. Santo Tirso) em troca da igreja e castelo de Castro Laboreiro.

*1527 (Castro Laboreiro)* – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído por uma única freguesia, Santa Maria de Castro Laboreiro, e vários lugares ou «casais apartados». Neste numeramento consta a primeira referência à “transumância” típica de Castro Laboreiro – «vivem no verão, neste concelho, com moradores, porque no inverno se vão viver fora, por ser terra fria» –, que é única e não se confunde com a típica transumância pastoril.

*1538. 26 de julho (Castro Laboreiro)* – O concelho tem dois juízes ordinários e procurador do concelho: os juízes ordinários

eram João Vaz e João Fernandes; o procurador do concelho era João Galego. O concelho tinha edifício da Casa do Concelho.

*1542. 27 de junho (Lisboa)* – D. João III doa Castro Laboreiro – com o seu castelo, rendas e direitos, mero e misto império, com a jurisdição e privilégios que ele tinha nessa terra – ao duque de Bragança, D. Teodósio, quando se casou com a duquesa, D. Isabel de Lencastre.

*1610 (Lisboa)* – O concelho de Castro Laboreiro fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

*1701* – Comarca de Barcelos. O concelho de Castro Laboreiro tem dois juízes ordinários, que também servem como juízes dos órfãos, dois vereadores e procurador do concelho, eleição trienal do povo por pelouros.

*1751* – No *Dicionário Geográfico* consta que «a vila em si é pequena, tem trinta fogos e toda a freguesia trezentos e sessenta».

*1758. 11 de maio (Castro Laboreiro)* – Ouvidoria de Barcelos. O concelho tem juiz ordinário e dos órfãos e câmara, sujeitos à correição do ouvidor de Barcelos.

**1800** – Comarca de Barcelos. Na *descrição topográfica das comarcas fronteiras da província do Minho*, da autoria de Custódio José Gomes Vilas Boas, consta que «é regido por dois juízes ordinários, de que o mais velho deles serve de capitão-mor». Tinha 323 fogos, 470 homens, 454 mulheres, 247 rapazes, 188 raparigas, num total de 1359 pessoas.

**1801** – Comarca de Barcelos. Censo populacional: Castro Laboreiro (H. 714).

**1836. 6 de novembro (Lisboa)** – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: tentativa falhada de extinção do concelho de Castro Laboreiro.

**1855. 24 de outubro (Lisboa)** – Reforma da divisão territorial, por decreto do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: suprimiu o concelho de Castro Laboreiro e a sua única freguesia (Castro Laboreiro) foi integrada no concelho de Melgaço.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

1 freguesia; 318 fogos; 714 homens; 650 mulheres.

### Assembleia primária única

Localizada na igreja matriz de Santa Maria, na vila de Castro Laboreiro.

#### 1.ª votação (18 de agosto) [sem apuramento concelhio]

Total de 380 votos.

#### 2.ª votação (22 de setembro) [sem apuramento concelhio]

Total de 380 votos.

#### Nomes mais votados na 1.ª votação (18 de agosto):

1. *Francisco Manuel Alves de Azevedo*, ex-juiz de fora de Melgaço – 380 votos
2. *António de Sá Pinto de Abreu Sotto Mayor* – 380 votos
3. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 375 votos
4. *José Pinto de Sousa*, abade da vila da Barca – 366 votos

#### Nomes mais votados na 2.ª votação (22 de setembro):

1. *António de Sá Pinto Abreu Sotto Mayor* – 380 votos.
2. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 380 votos.
3. *Francisco Manuel Alves de Azevedo*, ex-juiz de fora de Melgaço – 380 votos.
4. *António Bento Pereira Dias; António de Amorim Azevedo; Sebastião José Ribeiro de Andrade* – 375 votos cada um.

# CONCELHO DE LANHESES

## I – Cronologia histórico-institucional

**1793** – Foi fundado o concelho de Vila Nova de Lanheses, composto pelas freguesias de Fontão, Meixedo e Lanheses.

**1800** – Na *descrição topográfica das comarcas fronteiras da província do Minho*, da autoria de Custódio José Gomes Vilas Boas: «Duas léguas a nascente de Viana, junto à margem do rio Lima, fica o couto de Lanheses, que há pouco se erigiu em jurisdição separada, subordinando a um juiz separado as freguesias de Fontão, Meixedo e Lanheses, que é cabeça do couto, e tem a sua Casa da Câmara com cadeia, num pequeno lugar arruado, que vai tomando o nome de Vila Nova de Lanheses. Aquelas duas últimas freguesias pertenciam dantes ao termo de Viana e Fontão era do distrito de Ponte de Lima».

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Fontão (H. 210), Lanheses (H. 338) e Meixedo (H. 170) – Total (H. 718).

**1836. 6 de novembro (Lisboa)** – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: extinguiu o concelho

de Lanheses, passando as freguesias de Lanheses, Meixedo e Vila Mou a integrar o concelho de Viana.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

3 freguesia; 362 fogos; 718 homens; 821 mulheres.

### Assembleia primária única

Localizada na igreja matriz de Santa Eulália, na vila de Lanheses.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto) [sem apuramento concelhio]

Total de 306 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro) [sem apuramento concelhio]

Total de 201 votos.

### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

1. *António José de Lima*, de Lanheses – 109 votos
2. *António Lopes Serra*, de Viana do Minho – 102 votos
3. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 92 votos
4. *Bento Pita de Meneses*, doutor em Caminha – 89 votos



# CONCELHO DE MELGAÇO

## I – Cronologia histórico-institucional

[1183]. *21 de julho* – D. Afonso Henrique outorga foral aos habitantes de Melgaço, seguindo o modelo do foral de Ribadávia (Galiza), tal como lhe tinha sido solicitado pelos moradores daquele concelho.

*1205* – Num documento do *Cartulário do Mosteiro de Fiães* constam identificados como juízes ordinários da vila de Melgaço Paio Garcia e João Rodrigues.

*1258. 29 de abril (Braga)* – D. Afonso III outorga foral aos moradores do concelho de Melgaço, seguindo o modelo do foral de Monção.

*1312. 25 de fevereiro (Santarém)* – D. Dinis concedeu o julgado de Valadares ao concelho de Melgaço, por uma renda anual de trezentas libras.

*1317. 1 de julho (Lisboa)* – D. Dinis restitui ao concelho de Valadares os seus foros e privilégios, ficando os seus moradores obrigados à renda anual de trezentas libras.

*1360. 30 de outubro (Porto)* – D. Pedro I anexou novamente o concelho de Valadares ao de Melgaço, mediante a renda de trezentas libras por ano.

*1361. 28 de maio* – Surge uma referência aos vereadores de Melgaço, mas sem identificar os nomes.

*1375. 19 de maio (Vila Nova da Rainha)* – D. Fernando restabeleceu definitivamente a autonomia do concelho de Valadares, confirmando-lhe o foral que se tinha perdido durante a guerra com Castela.

*1383. 21 de julho (Melgaço)* – Para outorgar a procuração aos representantes do concelho de Melgaço às Cortes de Santarém, reuniram o juiz da vila de Melgaço, Gonçalo Esteves, os vereadores, (...) Esteves e Estêvão Domingues, e o procurador do concelho, Gomes Garcia.

*1431. 25 de setembro (Lisboa)* – D. João I instituiu em Melgaço um couto de homiziados idêntico ao de Chaves.

*1513. 3 de novembro (Lisboa)* – D. Manuel I outorgou foral novo à vila de Melgaço.

*1527 (Melgaço)* – De acordo com o numeramento mandado fazer por D. João III, Melgaço era constituído por seis freguesias: Melgaço (vila), Cristoval, Paços, Chaviães, Roussas, e São Paio.

*1538. 26 de julho (Melgaço)* – Os dois juizes ordinários eram Estêvão Aires e Rodrigo Álvares e o vereador Martim Mouro. O concelho tinha edifício da Casa da Câmara.

*1542. 27 de junho (Lisboa)* – D. João III doa Melgaço – com o seu castelo, rendas, direitos e padroados de igrejas, mero e misto império, com a jurisdição e privilégios que ele tinha nessa terra – ao duque de Bragança, D. Teodósio, quando se casou com a duquesa, D. Isabel de Lencastre.

*1610 (Lisboa)* – O concelho de Melgaço fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

*1701* – Comarca de Barcelos. O concelho de Melgaço tem juiz de fora, que também é dos órfãos, e têm a mesma preeminência o juiz da terra quando falta o juiz de fora; dois vereadores e procurador do concelho, eleição trienal do povo por pelouros.

*1758. 24 de maio (Melgaço)* – Comarca de Barcelos. O concelho tem juiz de fora, com alçada, e câmara, subordinados à correição do ouvidor de Barcelos.

*1800* – Na *descrição topográfica das comarcas fronteiras da província do Minho*, da autoria de Custódio José Gomes Vilas Boas, consta que «é governada por um juiz de fora, com três vereadores e procurador do concelho, como é costume nas judicaturas de vara branca».

*1801* – Comarca de Barcelos. Censo populacional: Chaviães (H. 335), Cristóval (H. 292), Melgaço (H. 323), Passos (H. 321), Prado (H. 157), Remoães (H. 84), Roussas (H. 393) e São Paio (H. 479) – Total (2384).

*1836. 6 de novembro (Lisboa)* – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: os coutos de Fiães e Paderne e a freguesia de Lamas de Mouro passaram do concelho de Valadares para o concelho de Melgaço.

*1855. 24 de outubro (Lisboa)* – Reforma da divisão territorial, por decreto do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: o concelho de Melgaço ficou com as freguesias que tinha e mais a de Castro Laboreiro, que foi suprimido como julgado e concelho, e as de Alvaredo, Cousse, Cubalhão, Gave, Parada do Monte e Penso, do julgado de Valadares, que também foi suprimido.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

8 freguesias; 1300 fogos; 2384 homens; 2680 mulheres.

### Assembleia primária única

Localizada na igreja matriz de Santa Maria da Porta, na vila de Melgaço.

#### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto) [sem apuramento concelhio]

Total de 567 votos.

#### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro) [sem apuramento concelhio]

Total de 537 votos.

#### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

1. *Sebastião José Ribeiro de Andrade*, juiz de fora de Monção – 333 votos
2. *Gonçalo Xavier da Silva*, natural da vila de Caminha – 285 votos
3. *Manuel Marinho Falcão de Castro*, intendente-geral da polícia – 285 votos
4. *Francisco Luís da Rocha*, desembargador, natural de Monção – 264 votos

#### Nomes mais votados na 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro):

1. *Francisco Manuel Alves de Azevedo*, ex-juiz de fora de Melgaço – 514 votos
2. *Sebastião José Ribeiro de Andrade*, juiz de fora de Monção – 500 votos
3. *José Pita de Palhares Antas Marinho*, bacharel de Monção – 438 votos
4. *António de Azevedo Lopes Serra*, ex-juiz de fora de Valença – 388 votos

# CONCELHO DE MONÇÃO

## I – Cronologia histórico-institucional

[1256]/1261. *12 de março (Guimarães)* – D. Afonso III outorga foral a Monção, segundo o modelo do foral de Valença, delimitando-lhe um espaço territorial correspondente ao do couto de Mazedo<sup>3</sup>.

1268. *4 de julho (Lisboa)* – D. Afonso III outorga foral ao concelho de Pena da Rainha.

1305. *4 de junho (Lisboa)* – D. Dinis anexou «para todo o sempre» o concelho de Pena da Rainha ao de Monção.

<sup>3</sup> Conhece-se apenas o texto do foral de 1261, mas no registo da Chancelaria constam os nomes dos confirmantes de uma versão anterior (perdida), criticamente datada para o ano de 1256 – cf. José DOMINGUES, “O foral afonsino de Monção”, in *Estudos Regionais*, n.º 23/24, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2003, p. 23-55. Não partilhamos da tese, defendida por Matos Reis, de que o registo da Chancelaria seria uma versão provisória (1256) e o pergaminho das Gavetas a versão definitiva (1261) – cf. António Matos REIS, *História dos Municípios (1050-1383)*, edição eletrónica revista pelo autor, 2015, p. 432-433. [Em linha]. [Consult. 12 de junho de 2021.] Disponível em: [https://www.academia.edu/38873070/Historia\\_Municipios](https://www.academia.edu/38873070/Historia_Municipios). Na realidade, o texto da versão registada na Chancelaria: (i) foi outorgado em Guimarães, mas D. Afonso III nunca esteve em Guimarães nesse ano; (ii) faz referência expressa à infanta D. Branca, que nasceu em 1259; (iii) em 1261, D. Afonso III já não usa o título de Conde de Bolonha, do qual abdicou a partir de 1259; (iv) os textos das duas versões são idênticos, até no dia, mês, ano e local da outorga. Por isso, só os confirmantes que constam na versão da Chancelaria é que são os da versão originária de 1256, da qual se desconhece o conteúdo exato.

1383. *24 de julho (Monção)* – Para outorgar a procuração aos representantes do concelho de Monção às Cortes de Santarém: dois alcaides, Gomes Lourenço e Estêvão Domingues; dois vereadores, Domingos Rodrigues e Domingos Fernandes; Gonçalo Peres, procurador do concelho.

1442. *30 de agosto (Porto)* – Foi nomeado o primeiro juiz de fora para a vila de Monção, João Gonçalves, escudeiro do infante regente D. Pedro.

1512. *1 de junho (Lisboa)* – D. Manuel I outorga foral novo ao concelho de Monção.

1527 (*Monção*) – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído pelas freguesias de Lapela, Mazedo, Pinheiros, Lara, Pias, Abedim, Barroças, outra freguesia de Pinheiros, Trute, Lordelo, Portela, Moreira, Cambeses, Sago, Longos Vales (com a anexa Santa Maria das Cales), São Ojea(?), Barbeita, Torre, Troviscoso, Merufe, Luzio e Anhões.

1538. *29 de julho (Monção)* – Lopo Gomes, vereador e juiz pela ordenação, e por impedimento do outro vereador, estava em sua substituição o vereador do ano passado, Lourenço Couso. O concelho tinha edifício da Casa da Câmara.

**1610 (Lisboa)** – O concelho de Monção fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

**1767** – Descrição do edifício da Casa da Câmara: «princiando a medir o dito Paço do Concelho, pela parte de fora dos arcos que tem para a parte do nascente, acharam tem por esta banda treze varas e três palmos []; e pela parte do norte tem dez varas e três palmos []; e pela parte do sul tem dez varas e três palmos []; e pela parte do poente tem treze varas e três palmos []. Confronta, pela parte do nascente, com o rossio público que é deste mesmo concelho, o qual vai medido separadamente e está todo ladrilhado de pedra; e do norte parte com a Rua do Castelo; e do poente com Francisco José de Sousa Castro e sua mulher, da quinta da Gandra, freguesia de Mazedo, deste termo. E é este dito Paço do Concelho obra moderna e quadrada [sic], que inclui em si duas enxovias que servem para as prisões, casa das audiências, casa da Câmara, com dois armários que servem de guardar os papéis da Câmara, uma casa do carcereiro e tem sino na frontaria do mesmo Paço do Concelho».

**1701** – Comarca de Viana. O concelho de Monção tem juiz de fora, três vereadores e um procurador do concelho, todos de nomeação régia. Goza de voto em Cortes, com assento no banco décimo.

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Abedim (H. 261), Anhões (H. 110), Barbeita (H. 250), Barroças e Taías (H. 116), Bela (H. 275), Cambezes (H. 161), Lapela (H. 63), Lara (H. 203), Longos Vales (H. 502), Lordelo (H. 83), Luzio (H. 173), Mazedo (H. 460), Merufe (H. 703), Monção (H. 315), Moreira (H. 256), Parada (H. 81), Pias (H. 339), Pinheiros (H. 122), Portela (H. 239), Sago (H. 123), Troporiz (H. 105), Troviscoso (H. 195) e Trute (H. 234) – Total (H. 5369).

**1855. 24 de outubro** – Reforma da divisão territorial, por decreto do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: o concelho de Monção manteve as freguesias que tinha e passou a integrar as seguintes freguesias do julgado de Valadares, que foi suprimido: Badim, Messegães, Podame, Riba de Mouro, Sá, Ceivães, Segude, Tangil e Valadares.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

23 freguesias; 3122 fogos; 5369 homens; 5990 mulheres.

### Assembleias primárias

Localizadas nas igrejas matrizes da vila de Monção, Longos Vales e Pias.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto)

#### Apuramento concelhio (25 de agosto)

Total de 1402 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro)

#### Apuramento concelhio (29 de setembro)

Total de 918 votos.

#### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

1. *António José de Sousa Dias*, abade de Giela – 1187 votos
2. *Francisco Luís Álvares da Rocha*, desembargador do Conselho da Fazenda e natural do termo de Monção – 1164 votos
3. *José Pita de Palhares Antas e Marinho*, natural de Monção – 891 votos
4. *João Manuel Guerreiro de Amorim*, desembargador com exercício na Casa do Infantado, natural de Vila Nova de Cerveira – 799 votos

#### Nomes mais votados na 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro):

1. *Francisco Luís Álvares da Rocha*, desembargador do Conselho da Fazenda – 450 votos
2. *António José Cerqueira Brandão*, bacharel em Valença – 404 votos

3. *João Manuel de Amorim Guerreiro*, desembargador da Mesa da Consciência e Ordens – 391 votos

4. *Bento Pita de Castro e Meneses*, bacharel em Caminha – 345 votos

# CONCELHO DE PAREDES DE COURA

## I – Cronologia histórico-institucional

**1515. 13 de abril (Lisboa)** – D. Manuel I outorga foral novo ao concelho de Coura.

**1527 (Coura e Fraião)** – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído pelas freguesias de Coura (São Martinho), Romarigães, Coura (São Paio), Ruivães, Cossourado, Linhares, Ferreira, Moselos, outra freguesia de Ferreira, Porreiras, Insalde, Padornelo, Bico, Cristelo, Castanheira, Resende, Cunha, Infesta, Paredes, Boivão, Sanfins, Gondomil, São Mamede, Monte e Santa Marinha.

**1610 (Lisboa)** – O concelho de Coura e Fraião fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

**1701** – Comarca de Viana. O concelho de Coura tem juiz ordinário, três vereadores e procurador do concelho, feitos por eleição trienal do povo e pelouro.

**1758. 2 de abril (Paredes)** – O concelho tem juiz ordinário, que se elege de entre as pessoas principais, têm câmara e «todos os mais oficiais de que se compõe a boa ordem de uma república».

**1800** – Na *descrição topográfica das comarcas fronteiras da província do Minho*, da autoria de Custódio José Gomes Vilas Boas: «governada por um juiz ordinário, para os casos crimes e cíveis».

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Agualonga (H. 156), Bico (H. 290), Castanheira (H. 177), Cossourado (H. 161), Coura (H. 175), Cristelo (H. 112), Cunha (H. 260), Ferreira (H. 272), Formariz (H. 273), Infesta (H. 224), Insalde (H. 263), Linhares (H. 115), Moselos (H. 135), Padornelo (H. 180), Parada (H. 170), Paredes (H. 208), Porreiras (H. 66), Resende (H. 91), Romarigães (H. 163), Rubiães (H. 256) e Vascões (H. 93) – Total (H. 3840).

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

21 freguesias; 2248 fogos; 3840 homens; 4419 mulheres.

### Assembleias primárias

Localizadas nas igrejas matrizes de Paredes, Ferreira e Castanheira.

## 1.ª votação (18 de agosto)

### Apuramento concelhio (25 de agosto)

Total de 1 040 votos.

## 2.ª votação (22 de setembro)

### Apuramento concelhio (29 de setembro)

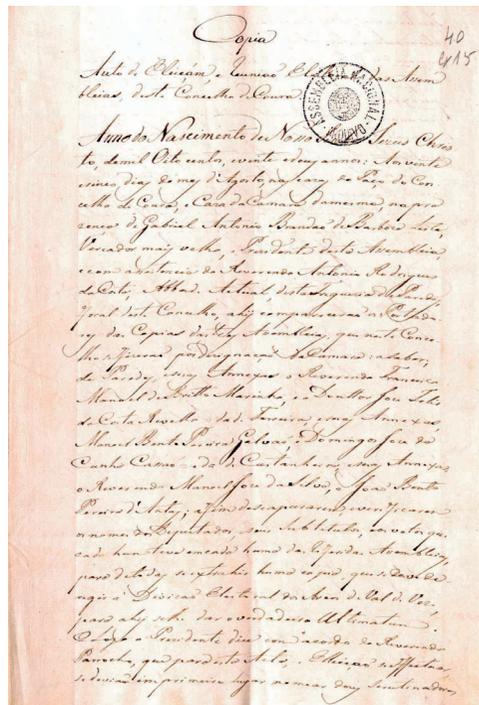
Total de 625 votos.

### Nomes mais votados na 1.ª votação (18 de agosto):

1. *António de Sousa Lima*, abade de Giela dos Arcos – 590 votos
2. *António Cerqueira Brandão*, de Valença – 537 votos
3. *José Teles da Costa Rebelo*, de Coura – 504 votos
4. *Manuel Marinho Falcão*, intendente-geral da polícia – 473 votos

### Nomes mais votados na 2.ª votação (22 de setembro):

1. *António José Cerqueira Brandão*, bacharel em Valença – 434 votos
2. *António de Azevedo Lopes Serra*, ex-juiz de fora de Valença – 385 votos
3. *José Joaquim Champalimaud*, marechal de campo – 354 votos
4. *Tomás Xavier Vieira de Araújo Monteiro*, bacharel dos Arcos – 354 votos



Eleições para as Cortes Ordinárias de 1822-1823 – Distrito Eleitoral de Arcos de Valdevez: ata eleitoral e cópia da “ata de redução dos votos da eleição de deputados [...] deduzida da combinação das relações das duas diferentes assembleias deste concelho”, realizadas nas Casas do Paço do concelho de Caminha. Data: 25 de agosto e 29 de setembro de 1822 | PT-AHP/CD/CV/Poderes/S60/D116

# COUTO DE SANFINS

## I – Cronologia histórico-institucional

**1134. dezembro** – D. Afonso Henriques ratificou a carta de couto que lhe tinha sido outorgado por sua mãe, a rainha D. Teresa.

**1701** – Comarca de Viana. O couto de Sanfins tem juiz ordinário, dois vereadores e procurador do concelho, eleição trienal do povo.

**1758. 30 de abril (Friestas)** – «A pequena república deste couto se governa por um juiz ordinário e mais camaristas, que todos são feitos por eleição do corregedor da correição da vila de Viana.»

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Boivão (H. 190), Friestas (H. 117), Gondomil (H. 254), Sanfins (H. 110) e Verdoejo (H. 181) – Total (H. 852).

**1836. 6 de novembro (Lisboa)** – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: extinguiu o couto de Sanfins, passando as freguesias de Boivão, Gondomil, Sanfins e Verdoejo a integrar o concelho de Valença do Minho.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

5 freguesias; 513 fogos; 852 homens; 949 mulheres.

### Assembleia primária única

Localizada na igreja matriz de Verdoejo.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto) [sem apuramento concelhio]

Total de 297 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro) [sem apuramento concelhio]

Total de 283 votos.

### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

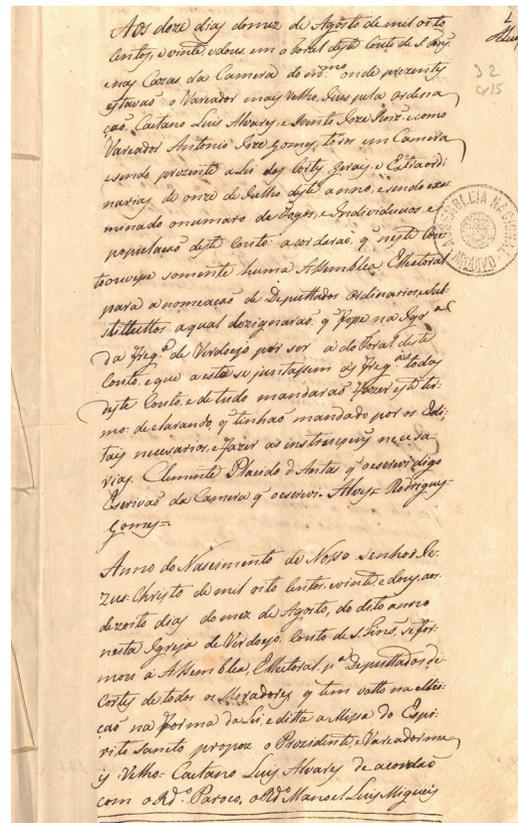
1. *António José de Sousa Dias*, abade de Giela – 288 votos
2. *José Pita de Palhares*, bacharel do termo de Monção – 269 votos
3. *Mateus José de Almeida*, do termo de Valença – 187 votos
4. *Bento Pita de Meneses*, de Caminha – 160 votos

## Names most voted in 2.<sup>a</sup> vote (22 September):

1. *Antônio José da Silva Cerqueira Brandão*, bacharel em Valença – 283 votos
2. *Francisco Luís Alves da Rocha*, conselheiro da Fazenda – 215 votos
3. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 213 votos
4. *Antônio de Azevedo Lopes Serra*, ex-juiz de fora de Valença – 205 votos

Eleições para as Cortes Ordinárias de 1822-1823 – Distrito Eleitoral de Arcos de Valdevez: ata relativa à formação da Assembleia Eleitoral, situada na igreja da freguesia de Verdoejo, para a eleição dos deputados e deputado substituto do couto de Sanfins.

Data: 22 de setembro de 1822 | PT-AHP/CD/CVPoderes/S60/D130



# CONCELHO DE SOAJO

## I – Cronologia histórico-institucional

*1514. 7 de outubro (Lisboa)* – D. Manuel I outorga foral novo ao concelho de Soajo.

*1527 (Soajo)* – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído por duas freguesias.

*1538. 28 de julho (Soajo)* – O concelho tem um juiz ordinário e dois vereadores: o juiz ordinário era Vasco Eanes e os vereadores João Pires e Afonso Eanes.

*1610 (Lisboa)* – O concelho de Soajo fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

*1701* – Comarca de Viana. O concelho de Soajo tem juiz ordinário, dois vereadores e procurador do concelho, eleição trienal do povo com pelouro, que antigamente fazia o juiz que acabava.

*1758. 5 de abril (Soajo)* – O concelho tem juiz ordinário e câmara, sujeitos ao corregedor da comarca de Viana.

*1801* – Comarca de Viana. Censo populacional: Ermelo (H. 140), Gavieira (H. 144) e Soajo (H. 522) – Total (H. 806).

*1836. 6 de novembro (Lisboa)* – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: extinguiu o concelho de Soajo, passando as freguesias de Ermelo, Gavieira e Soajo a integrar o concelho de Arcos de Valdevez.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

3 freguesias; 594 fogos; 806 homens; 847 mulheres.

### Assembleia primária única

Localizada na igreja matriz de São Martinho de Soajo.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto) [sem apuramento concelhio]

Total de 88 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro) [sem apuramento concelhio]

Total de 128 votos.

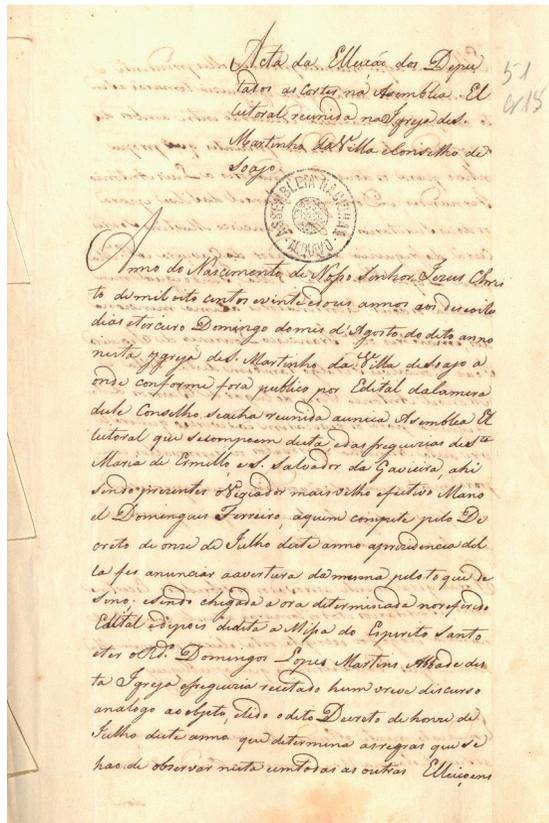
## Names most voted in 1.<sup>a</sup> vote (18 de agosto):

1. *Sebastião Pacheco da Cunha* – 59 votos
2. *José Maria Pacheco*, abade de Gondarém – 55 votos
3. *Diogo Gomes da Carreira* – 44 votos
4. *Manuel Lopes Vaz*, presbítero secular assistente em São Martinho de Soajo – 33 votos

## Names most voted in 2.<sup>a</sup> vote (22 de setembro):

1. *António Bento Pereira Dias*, bacharel habilitado para os lugares de letras e abade dos Arcos – 107 votos
2. *Tomás Xavier de Araújo Monteiro*, bacharel dos Arcos – 104 votos
3. *José de Sousa Melo*, abade de Prozelo – 56 votos
4. *Domingos Lopes Martins*, abade de São Martinho de Soajo – 52 votos

Eleições para as Cortes Ordinárias de 1822-1823 – Distrito Eleitoral de Arcos de Valdevez:  
ata da Assembleia Eleitoral do concelho de Soajo, relativa à eleição dos deputados.  
Data: 18 de agosto de 1822 e 24 de setembro de 1822 | PT-AHP/CD/CVPoderes/S60/D128



## CONCELHO DE VALADARES

### I – Cronologia histórico-institucional

*1312. 25 de fevereiro (Santarém)* – D. Dinis concedeu o julgado de Valadares ao concelho de Melgaço, por uma renda anual de trezentas libras.

*1317. 1 de julho (Lisboa)* – D. Dinis restituiu ao concelho de Valadares os seus foros e privilégios, ficando os seus moradores obrigados à renda anual de trezentas libras.

*1360. 30 de outubro (Porto)* – D. Pedro I anexou novamente o concelho de Valadares ao de Melgaço, mediante a renda de trezentas libras por ano.

*1375. 19 de maio (Vila Nova da Rainha)* – D. Fernando restabeleceu definitivamente a autonomia do concelho de Valadares, confirmando-lhe o foral que se tinha perdido durante a guerra com Castela.

*1512. 1 de junho (Lisboa)* – D. Manuel outorga foral novo ao concelho de Valadares.

*1527 (Valadares)* – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído pelas freguesias de Paderne, Fiães, Lamas de Mouro, Riba de Mouro, Tangil, Alvaredo, Penso, Sá, Santa Eulália, Messegães, Mouro Jusão de Badim (Ceivães), Badim, Segude e Podame.

*1538. 27 de julho (Valadares)* – O juiz ordinário era Gonçalo Esteves, vereadores Pedro da Bouça e João de Paradela e procurador do concelho Fernando Martins.

*1610 (Lisboa)* – O concelho de Valadares fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

*1645. 16 de maio* – Documento em que se refere a comarca formada pelas vilas de Valença do Minho, Caminha e Valadares.

*1701* – Comarca de Valença. O concelho de Valadares tem dois juizes ordinários, três vereadores e procurador do concelho, eleição trienal do povo e pelouro, «a que preside o ouvidor de Valença».

*1801* – Comarca de Valença. Censo populacional: Alvaredo (H. 301), Badim (H. 154), Ceivães (H. 192), Couço (H. 247), Cubalhão (H. 141), Gave (H. 211), Lamas de Mouro (H. 75),

Messegães (H. 145), Paderne (H. 809), Parada do Monte (H. 349), Penso (H. 296), Podame (H. 137), Riba de Mouro (H. 658), Sá (H. 157), Segude (H. 186), Tangil (H. 600) e Valadares (H. 134) – Total (H. 4792).

*1836. 6 de novembro (Lisboa)* – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: a freguesia de Lamas de Mouro e os coutos de Fiães e Paderne passaram do concelho de Valadares para o concelho de Melgaço.

*1855. 24 de outubro (Lisboa)* – Reforma da divisão territorial, por decreto do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: suprimiu o julgado e concelho de Valadares e as suas freguesias foram distribuídas para os concelhos de Melgaço e de Monção.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

17 freguesias; 3017 fogos; 4792 homens; 5285 mulheres.

### Assembleias primárias

Localizadas nas igrejas da Santa Casa da Misericórdia e São Pedro de Riba de Mouro.

### 1.ª votação (18 de agosto)

#### Apuramento concelhio (25 de agosto)

Total de 1728 votos.

### 2.ª votação (22 de setembro)

#### Apuramento concelhio (29 de setembro)

Total de 1713 votos.

### Nomes mais votados na 1.ª votação (18 de agosto):

1. *Francisco Manuel Álvares Azevedo*, bacharel formado em leis – 1127 votos
2. *António José de Sousa Lima*, bacharel formado em leis – 984 votos
3. *António de Amorim Azevedo*, bacharel formado em leis – 880 votos
4. *José Pita de Palhares Antas e Marinho*, capitão-mor de Monção – 699 votos

### Nomes mais votados na 2.ª votação (22 de setembro):

1. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 1106 votos
2. *Francisco Manuel Álvares de Azevedo*, ex-juiz de fora de Melgaço – 987 votos
3. *António de Amorim Azevedo*, bacharel em Monção – 940 votos
4. *Francisco Luís Álvares da Rocha*, conselheiro da Fazenda – 923 votos

# CONCELHO DE VALENÇA DO MINHO

## I – Cronologia histórico-institucional

**1217. 11 de agosto (Guimarães)** – D. Afonso II outorga foral a Contrasta, que a partir da confirmação de D. Afonso III (1262) se passou a designar Valença.

**1369. 1 de dezembro (Viseu)** – D. Fernando I anexou o jugado de Fraião a Valença de Riba Minho. O rei impôs que em Fraião «não haja outros juízes, nem vereadores, nem procuradores, nem meirinhos, nem outros oficiais, salvo os que forem postos na dita vila de Valença».

**1512. 1 de junho (Lisboa)** – D. Manuel I outorga foral novo ao concelho de Valença.

**1527 (Valença do Minho)** – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído pelas freguesias de Ganfei, Gândara, Cerdal, São Miguel, Taião, Silva (São Julião), Silva (Santa Maria), Torre, Arão e Cristelo.

**1538. 29 de julho (Valença)** – Afonso Pires, juiz ordinário, e Sebastião Gil, vereador. O concelho tinha edifício da Casa da Câmara.

**1645. 16 de maio** – Documento em que se refere a comarca formada pelas vilas de Valença do Minho, Caminha e Valadares.

**1610 (Lisboa)** – O concelho de Valença do Minho fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

**1701** – Comarca de Valença. O concelho de Valença do Minho tem juiz de fora, nomeado pela Junta da Casa de Bragança, e três vereadores e procurador do concelho, de eleição trienal do povo; tem voto em Cortes, com assento no décimo banco.

**1758. 3 de abril (Valença)** – O concelho tem «juiz de fora, câmara que se compõe de três vereadores dos mais principais e nobres da terra e mais um procurador». A câmara reúne à quarta-feira e ao sábado, salvo as reuniões extraordinárias. Tem ouvidor com jurisdição sobre Valadares e Caminha e seus termos. E tem juiz dos órfãos, com todas as justiças que lhe pertencem.

**1801** – Comarca de Valença. Censo populacional: Arão (H. 218), Cerdal (H. 665), Cristelo Covo (H. 136), Fontoura (H. 513), Gândara (H. 347), Ganfei (H. 515), São Julião da Silva (H. 220), São Pedro da Torre (H. 335), Silva (H. 111), Taião (H. 172), Valença – Anjos (H. 331) e Valença – Santo Estêvão (H. 229) – Total (H. 3792).

*1836. 6 de novembro (Lisboa)* – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: o concelho de Valença do Minho passou a integrar as freguesias do extinto couto de Sanfins (freguesias de Boivão, Gondomil, Sanfins e Verdoejo); do concelho de Vila Nova de Cerveira transitaram para o de Valença do Minho as freguesias de Campos, Cornes, Sapardos e Vila Meã.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

12 freguesias; 2415 fogos; 3792 homens; 4684 mulheres.

### Assembleias primárias

Localizadas na igreja matriz da vila de Valença, igreja da Colegiada e igreja matriz de Silva.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto)

#### Apuramento concelhio (25 de agosto)

Total de 1902 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro)

#### Apuramento concelhio (29 de setembro)

Total de 670 votos.

### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

1. *António Lopes Serra* – 667 votos
2. *António José de Sousa Lima*, abade coadjutor de Guela dos Arcos – 657 votos
3. *António da Silva Cerqueira Brandão* – 559 votos
4. *João Manuel Guerreiro de Amorim*, desembargador – 326 votos

### Nomes mais votados na 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro):

1. *António Lopes de Azevedo Serra*, ex-juiz de fora de Valença – 495 votos
2. *António José Cerqueira Brandão*, de Valença – 470 votos
3. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 402 votos
4. *Bento Pita de Castro*, ex-superintendente da província do Minho – 368 votos

## CONCELHO DE VIANA DO MINHO

### I – Cronologia histórico-institucional

**1258. 18 de junho (Guimarães)** – D. Afonso III outorga foral à povoação de *Atrium* da Foz do Lima, impondo-lhe a nova designação de Viana.

**1383. 19 de julho (Viana da Foz do Lima)** – Para outorgar a procuração aos representantes do concelho de Viana da Foz do Lima às Cortes de Santarém: dois alcaides, Afonso Fernandes e João Eanes; três vereadores, João Fagundes, Vivaldo Martins e Diogo Afonso; Domingos Eanes, procurador do concelho. Reuniram-se na Praça do Penedo.

**1512. 1 de junho (Lisboa)** – D. Manuel I outorga foral novo a Viana da Foz do Lima.

**1527 (Valença do Minho)** – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído pelas freguesias de Vinha, Carreço, Afife, Beltasares, Soutelo, Meadela, Perre, Santa Marta [de Portuzelo], Serreleis, Cardielos, Outeiro, Montaria, Amonde, Vilar de Murteda, Migueira, Sancroi, São Salvador, Vila Mou, Meixedo, Lanheses, Abelheira e Vila.

**1610 (Lisboa)** – O concelho de Viana do Minho fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

**1701** – Comarca de Viana. O concelho de Viana tem juiz de fora e escrivão apresentado pela Câmara; três vereadores e um procurador do concelho, da eleição trienal do povo, «de que vai a pauta a Lisboa, onde o rei escolhe os que hão de servir e manda para cada ano os que lhe parece, dos que vão nomeados»; tem mais dois mesteres homens do povo, «que assistem a tudo o que lhe toca e levam de propina, cada um, a metade da do vereador». Goza de voto em Cortes, com assento no banco quinto.

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Afife (H. 464), Amonde (H. 140), Âncora (H. 251), Areosa (H. 539), Cardielos (H. 189), Carreço, (H. 457) Freixieiro do Soutelo (H. 165), Meadela (H. 230), Montaria (H. 318), Nogueira (H. 115), Outeiro (H. 385), Perre (H. 495), Portuzelo – Santa Marta (H. 519), São Cláudio (H. 39), Serreleis (H. 175), Soutelo (H. 47), Torre (H. 92), Monserrate (H. 942), Santa Maria Maior (H. 2178), Vila Mou (H. 118), Vilar de Murteda (H. 84) – Total (7942).

**1836. 6 de novembro (Lisboa)** – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: o concelho de

Viana do Minho passou a integrar as freguesias dos extintos concelhos de Capareiros (freguesia de Capareiros), de Geraz do Lima (freguesias de Deão, Santa Leocádia do Geraz, Santa Maria do Geraz e Moreira do Geraz) e de Lanheses (Lanheses, Meixedo e Vila Mou); do concelho de Barcelos para o de Viana transitaram as seguintes freguesias: Alvarães, Anha, Carvoeiro, Castelo do Neiva, Darque, Deocriste, Mazarefes, Mujães, Portela Susá, Punhe, São Romão do Neiva, Subportela, Vila Franca e Vila Fria.

*1848. 20 de janeiro* – Decreto de D. Maria II que elevou a vila de Viana do Minho à categoria de cidade, mudando-lhe a designação para cidade de Viana do Castelo.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

21 freguesias; 3862 fogos; 7942 homens; 9677 mulheres.

### Assembleias primárias

Localizadas nas igrejas matrizes da vila de Viana, Monserrate, Afife, Amonde, Serreleis e Perre.

### 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto)

#### Apuramento concelhio (25 de agosto)

Total de 1668 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro)

#### Apuramento concelhio (29 de setembro)

Total de 1232 votos.

#### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

1. *Bento Pita de Castro e Meneses* – 1048 votos
2. *António de Azevedo Lopes Serra* – 957 votos
3. *António de Sousa Dias*, abade de Giela – 933 votos
4. *João de Sousa Melo*, abade de Proselo – 899 votos

#### Nomes mais votados na 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro):

1. *José Joaquim Champalimaud*, marechal de campo – 930 votos
2. *António Azevedo Lopes Serra*, ex-juiz de fora de Valença – 919 votos
3. *António José da Silva Cerqueira Brandão*, advogado em Valença – 902 votos
4. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 876 votos

## CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

### I – Cronologia histórico-institucional

*1321. 1 de outubro (Lisboa)* – Foral outorgado pelo rei D. Dinis a Vila Nova de Cerveira.

*1383. 18 de julho (Vila Nova de Cerveira)* – Na outorga da procuração aos representantes do concelho de Vila Nova de Cerveira às Cortes de Santarém constam as seguintes individualidades: Rui Vasques, alcaide; Pero Mafaldo, João Martins e Rui Taveiro, vereadores; João Martins, dito *da Rua*, procurador do concelho. Reuniram-se na Praça do Açougue.

*1512. 20 de outubro (Lisboa)* – Foral novo outorgado pelo rei D. Manuel I a Vila Nova de Cerveira.

*1527 (Vila Nova de Cerveira)* – Segundo o numeramento de D. João III, o concelho era constituído pelas freguesias de Boelhe, Gondarém, Loivo, Covas, Mentrestido, Sapardos, Gondar, Candemil, Cornes, Vila Meá, Campos e Reboreda.

*1538. 31 de julho (Vila Nova de Cerveira)* – João Álvares, juiz ordinário, João Pires, vereador, e Pero Rodrigues, procurador do concelho. O concelho tinha edifício da Casa da Câmara.

*1610 (Lisboa)* – O concelho de Vila Nova de Cerveira fazia parte da comarca de Viana de Foz do Lima (criada entre 1532-1534).

*1701* – Comarca de Viana. O concelho de Vila Nova de Cerveira tinha dois juizes, um nobre e outro plebeu, mas, no ano de 1622, D. Filipe III designou-lhe juiz de fora; tem três vereadores e um procurador do concelho, por eleição do povo, «remetem-se a Lisboa as pautas onde se escolhem os que hão de servir». Goza de voto em Cortes, com assento no banco dezassete.

*1758. 19 de maio (Vila Nova de Cerveira)* – O concelho tem juiz de fora, posto por el-rei, e tem senado da câmara.

*1800* – Na *descrição topográfica das comarcas fronteiras da província do Minho*, da autoria de Custódio José Gomes Vilas Boas: «tem um juiz de fora, que serve no cível e órfãos».

**1801** – Comarca de Viana. Censo populacional: Campos (H. 278), Candemil (H. 157), Cornes (H. 196), Covas (H. 598), Gondar (H. 98), Gondarém (H. 245), Loivo (H. 192), Lovelhe (H. 176), Mentrestido (H. 153), Reboreda (H. 273), Sapardos (H. 196), Vila Meã (H. 40) e Vila Nova de Cerveira (H. 324) – Total (H. 2926).

**1836. 6 de novembro (Lisboa)** – Decreto da nova divisão do território, assinado por Passos Manuel: as freguesias de Covas e Sopo transitaram do concelho de Caminha para o de Vila Nova de Cerveira.

## II – Eleições parlamentares de 1822

### Censo de 1801

13 freguesias; 1656 fogos; 2926 homens; 3472 mulheres.

### Assembleia primária única

Localizada na igreja matriz de São Cipriano, na Vila de Cerveira.

### 1.<sup>a</sup> votação (29 de agosto) [sem apuramento concelhio]

Total de 645 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro) [sem apuramento concelhio]

Total de 321 votos.

### Nomes mais votados na 1.<sup>a</sup> votação (18 de agosto):

1. *Manuel Marinho Falcão de Castro*, intendente-geral da polícia, do termo de Vila Nova de Cerveira – 464 votos
2. *João Manuel Guerreiro de Amorim Pereira*, desembargador reformado da Mesa da Consciência, do termo de Vila Nova de Cerveira – 391 votos
3. António José de Sousa, abade de Giela – 299 votos
4. Francisco Luís Alves da Rocha, desembargador do Conselho da Fazenda, do termo de Monção – 299 votos

### Nomes mais votados na 2.<sup>a</sup> votação (22 de setembro):

1. *Manuel Marinho Falcão de Castro*, intendente-geral da polícia – 263 votos
2. *José António Guerreiro*, atual deputado – 182 votos
3. *Bento Pita de Castro e Meneses*, ex-superintendente da província do Minho – 178 votos
4. *José António de Faria Carvalho*, atual deputado – 178 votos

## APURAMENTO GERAL NO CÍRCULO ELEITORAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

### Assembleia do círculo eleitoral

Sediada na Câmara do concelho de Arcos de Valdevez, cabeça do círculo eleitoral.

### Apuramento geral da 1.<sup>a</sup> votação (1 de setembro)

Total de 11 269 votos.

### Deputado eleito:

1. *António José de Sousa Lima*, abade de Giela dos Arcos – 5732 votos (50,8 %)

### Os três seguintes mais votados (que não obtiveram maioria absoluta):

2. *António José da Silva Cerqueira Brandão*, bacharel em Valença – 3668 votos (32,54 %)
3. *António de Azevedo Lopes Serra*, ex-juiz de fora de Valença – 3408 votos (30,24 %)
4. *Bento Pita de Castro e Meneses*, ex-superintendente da

província do Minho – 3177 votos (28,19 %)

### Apuramento geral da 2.<sup>a</sup> votação (6 de outubro)

Total de 8813 votos.

### Deputados eleitos:

1. *Domingos Lopes Martins*, abade de Soajo – 4681 votos (53,11 %)
2. *António de Azevedo Lopes Serra*, ex-juiz de fora de Valença do Minho – 4413 votos (50,07 %)
3. *António José Cerqueira da Silva Brandão*, advogado em Valença do Minho – 4301 votos (48,9 %)

### NOTA

Por deliberação de 18 de dezembro de 1822, as Cortes ordinárias anularam as eleições parlamentares realizadas no círculo eleitoral de Arcos de Valdevez e decretaram a sua repetição, que ocorreu já em 1823:

### 1.<sup>a</sup> votação (2 de fevereiro) / apuramento concelhio (9 de fevereiro) / apuramento geral do círculo (16 de fevereiro)

Total de 6518 votos.

### 2.<sup>a</sup> votação (9 de março) / apuramento concelhio (16

## de março) / apuramento geral do círculo (23 de março)

Total de 2516 votos.

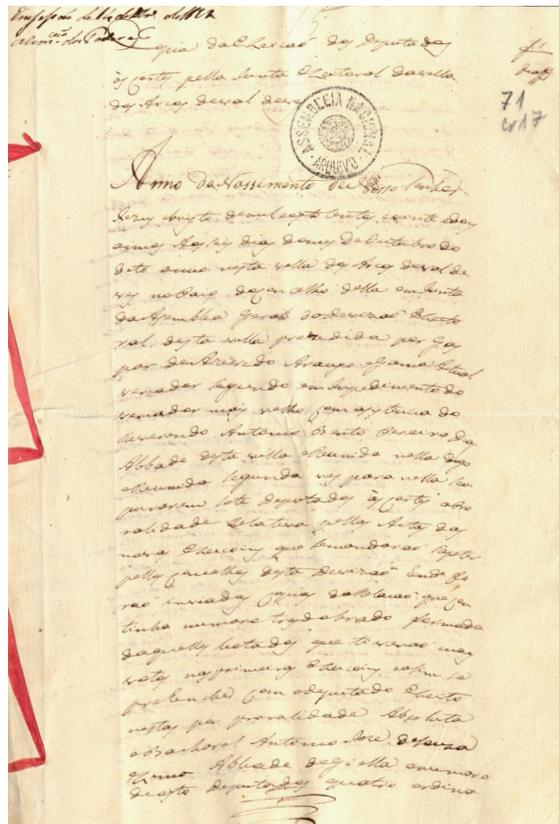
## Deputados eleitos

Os mesmos.

A documentação destas novas eleições foi eliminada, no seguimento da ordem régia de 29 de agosto de 1823, acima referida.

Eleições para as Cortes Ordinárias de 1822-1823 – Distrito Eleitoral de Arcos de Valdevez: ata remetida pela Junta Eleitoral da vila de Arcos de Valdevez, relativa à eleição dos deputados, apresentada na sessão de 14 de dezembro de 1822, e na mesma data dirigida à Comissão de Verificação de Poderes.

Data: 6 de outubro de 1822 e 14 de dezembro de 1822 | PT-AHP/CD/CVPoderes/S60/D23



# CORTES ORDINÁRIAS DE 1822-1823

## I – Deputados da metrópole, por círculos eleitorais

**Alenquer (3):** Bento Pereira do Carmo; Francisco Botto Pimentel; Francisco Joaquim Carvalhosa.

**Arcos de Valdevez (4):** António de Azevedo Lopes Serra; Domingos Lopes Martins; António José da Silva Cerqueira Brandão; António José de Sousa Lima.

**Arganil (3):** João da Silva Carvalho; Roque Ribeiro de Abranches Castelo Branco; José Acúrsio das Neves.

**Aveiro (4):** Manuel da Rocha Couto; Manuel Gomes Quaresma; Manuel Dias de Sousa; Domingos José de Sá Pinto.

**Barcelos (4):** Francisco Joaquim Gomes Ferreira de Novais; Carlos José da Cruz e Sousa; Manuel José Rodrigues Araújo e Costa; João Alvares Pinheiro de Carvalho.

**Beja (3):** Joaquim Anastácio Mendes Velho; Carlos Honório de Gouveia Durão; José Correia da Serra.

**Braga (4):** Domingos José da Silva; Gaspar Joaquim Teles da Silva e Menezes; João Rodrigues de Oliveira Catalão; António dos Santos Leal.

**Bragança (4):** Raimundo André Vaz de Quina; Pedro Alvares Gato; Manuel de Castro Correia de Lacerda; Alexandre José Gonçalves Ramos.

**Castelo Branco (3):** Luís da Cunha de Castro e Menezes; José Pereira Pinto; José Bento Pereira.

**Coimbra (5):** Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato; Tomás de Aquino Carvalho; Manuel de Serpa Machado; Manuel de Macedo Pereira Coutinho; José das Neves Mascarenhas e Melo.

**Évora (3):** José Inácio Pereira Derramado; João Alberto Cordeiro da Silveira; Joaquim Plácido Galvão Palma.

**Faro (4):** Gregório José de Seixas; Rodrigo de Sousa Castelo Branco; Manuel Aleixo Duarte; Manuel Pedro de Melo.

**Feira (3):** António Vicente de Carvalho e Sousa; João José Brandão Pereira de Melo; Fernando António de Almeida Tavares de Oliveira.

**Guimarães (4):** Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho; Manuel José Batista Felgueiras; Manuel Baltasar Mendes Leite; Francisco Xavier Leite Pereira Lobo.

**Guarda (3):** Joaquim Lopes da Cunha; José Valério da Cruz (bispo de Portalegre); João Bernardo da Rocha Loureiro.

**Lamego (4):** Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca; Basílio Alberto de Sousa Pinto; Frei Francisco de São Luís; Francisco Pinto Brochado de Brito.

**Leiria (3):** Joaquim de Oliveira e Sousa; António Gomes Henriques Gaio; Alberto Carlos de Menezes.

**Lisboa (9):** Agostinho José Freire; Manuel Borges Carneiro; Francisco Xavier Monteiro; João Maria Soares Castelo Branco; Francisco Soares Franco; Francisco Simões Margiochi; Francisco de Paula Travassos; Francisco António de Campos; António Pretextato de Pina e Melo.

**Penafiel (4):** António Pinto Coelho Soares de Moura; António José de Sousa Peixoto; Alexandre Alberto de Serpa Pinto; José Teixeira de Sousa.

**Portalegre (3):** José Vitorino Barreto Feio; João Pedro Tavares Ribeiro; Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares.

**Porto (5):** José Joaquim Rodrigues de Bastos; João Baptista Felgueiras; João Pedro Ribeiro; João de Sousa Pinto de Magalhães; José Máximo Pinto da Fonseca Rangel.

**Setúbal (3):** Francisco de Lemos Bettencourt; Manuel António de Carvalho; Nuno Álvares Pereira Pato Moniz.

**Tomar (5):** Francisco Xavier de Sousa Queiroga; Joaquim Pereira Anes de Carvalho; José de Sá Ferreira dos Santos do Vale; Marino Miguel Franzini; António Marciano de Azevedo.

**Trancoso (3):** José Joaquim Ferreira de Moura; António Júlio de Frias Pimentel e Abreu; Manuel António Pinto Soveral.

**Vila Real (5):** Manuel Correia Pinto da Veiga Cabral; António Lobo Barbosa Ferreira Teixeira Girão; Francisco António de

Almeida Morais Pessanha; José Camilo Ferreira Botelho de Sampaio; Inocêncio António de Miranda.

**Viseu (4):** Pedro Paulo de Almeida Serra; José Liberato Freire de Carvalho; Francisco Rebelo Leitão; João Vitorino de Sousa e Albuquerque.

### Deputados das ilhas adjacentes, por círculos eleitorais

**São Miguel (2):** João de Medeiros Borges Amorim; Luís Duarte de Melo.

**Terceira (2):** Francisco da Cunha Silveira Melo Ataíde e Vasconcelos; João Correia de Melo.

**Faial (2):** Manuel José de Arriaga Brum da Silveira; Roque Francisco Furtado de Melo.

**Madeira (3):** João Manuel de Freitas da Silva Branco; Manuel Caetano Pimenta de Aguiar; João Francisco de Oliveira.

### Deputados ultramarinos

**Deputados de Cabo Verde (2):** João Cabral da Cunha Godolfim; Luís Freire de Andrade.

**Nota** – A Lei eleitoral (Art.º 57.º) previa que os deputados do Ultramar das Cortes Constituintes fossem reconduzidos para as Cortes ordinárias, até que chegassem os deputados eleitos para estas e se procedesse à respetiva substituição.

## II – Cronologia sumária da 1.<sup>a</sup> legislatura ordinária das Cortes | 1822-1823

### Sessões preparatórias | 1822

*1822. 15 de novembro* – 1.<sup>a</sup> sessão preparatória das Cortes.

*1822. 18 de novembro* – 2.<sup>a</sup> sessão preparatória das Cortes.

*1822. 20 de novembro* – 3.<sup>a</sup> sessão preparatória das Cortes.

### 1.<sup>a</sup> sessão legislativa | 1822-1823

*1822. 1 de dezembro* – Abertura oficial das Cortes, sem a presença do rei D. João VI, que não compareceu por alegada moléstia, tendo sido representado pelo ministro dos Negócios do Reino, que leu o discurso régio de abertura.

*1823. 28 de fevereiro* – Data prevista para o encerramento da 1.<sup>a</sup> sessão legislativa das Cortes, que foi prorrogada por mais um mês.

*1823. 31 de março* – Encerramento da 1.<sup>a</sup> sessão legislativa das Cortes, com a presença do rei, D. João VI, que pronunciou o discurso régio de encerramento.

### Sessão legislativa extraordinária | 1823

*1823. 15 de maio* – Abertura da sessão legislativa extraordinária das Cortes.

*1823. 2 de junho* – No rescaldo da *Vilafrancada*, as Cortes emitiram uma declaração de protesto contra a projetada alteração da Constituição de 1822 e autossuspenderam a sua atividade. Fim da era parlamentar vintista – «um triste fim de tão gloriosa peça» [Pinheiro CHAGAS, 1884].

### 2.<sup>a</sup> sessão legislativa | 1823-1824 (não se realizou)

*1823. 1 de dezembro* – Data prevista para a abertura da 2.<sup>a</sup> sessão legislativa das Cortes.

*1824. 28 de fevereiro* – Data prevista para o encerramento da 2.<sup>a</sup> sessão legislativa das Cortes.

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Catálogo Eleições parlamentares de 1822 | Círculo eleitoral de Arcos de Valdevez

### EDIÇÃO

Edições da Assembleia da República

### TEXTOS

Vital Moreira e José Domingues

### REVISÃO

Conceição Garvão

### DESIGN

Rita Martins

### IMAGENS

Arquivo Histórico Parlamentar

ISBN: 9789725568118

Lisboa, abril de 2023

© Assembleia da República.

Direitos reservados nos termos do Art.º 52.º da Lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

